

CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

ÍNDICE

BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
1. INFORMAÇÕES GERAIS	11
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
4. INVESTIMENTOS	15
5. PARTES RELACIONADAS.....	17
6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17
7. DESPESAS	18
8. RESULTADO FINANCEIRO	19
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19
10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	19

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Chipley SP Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras Chipley SP Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Chipley SP Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Chipley SP Participações S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas, por outro auditor independente que emitiu relatório em 12 de maio de 2017, com opinião sem modificação e contendo ênfase referente a depreciação de bens do ativo imobilizado da controlada em conjunto Brasil PCH S.A. destinados a atividade de geração de energia no regime de produção independente.

Aprovação das demonstrações financeiras e destinações de lucros do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Chipley SP Participações S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 bem como as destinações do resultado daquele exercício, não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas no pressuposto de que apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como as destinações do resultado daquele exercício, foram aprovadas pela Administração em 12 de maio de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 05 de outubro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6



Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2	10.622	Fornecedores		104	143
Tributos a recuperar		6	396	Tributos a recolher		159	344
Dividendos a receber	4.2	33.219	-	Dividendos a pagar	6.2	2.066	-
Total do ativo circulante		<u>33.227</u>	<u>11.018</u>	Total do passivo circulante		<u>2.329</u>	<u>487</u>
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Investimentos	4	685.363	685.366	Capital social	6	744.871	744.871
Partes relacionadas	5	70.034	18.924	Reserva de lucros		2.175	-
Total do ativo não circulante		<u>755.397</u>	<u>704.290</u>	Prejuízos acumulados		-	(30.050)
				Dividendos adicionais propostos		39.249	-
				Total do patrimônio líquido		<u>786.295</u>	<u>714.821</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>788.624</u></u>	<u><u>715.308</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>788.624</u></u>	<u><u>715.308</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
DESPESAS			
Gerais e administrativas	7	(57)	(145)
Resultado de equivalência patrimonial	4.1	71.466	(5.013)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>71.409</u>	<u>(5.158)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		3.231	1.152
Despesas financeiras		<u>(39)</u>	<u>(57)</u>
Total	8	3.192	1.095
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>74.601</u>	<u>(4.063)</u>
Imposto de renda e contribuição social	9	(1.061)	(299)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>73.540</u>	<u>(4.362)</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação (expressos em reais - R\$)	6.3	0,10	(0,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	73.540	(4.362)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>73.540</u>	<u>(4.362)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros - Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		744.871	-	-	(25.688)	719.183
Prejuízo do exercício		-	-	-	(4.362)	(4.362)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	6	744.871	-	-	(30.050)	714.821
Lucro líquido do exercício		-	-	-	73.540	73.540
Constituição de reserva legal	6.2	-	2.175	-	(2.175)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	6.2	-	-	-	(2.066)	(2.066)
Dividendos adicionais propostos		-	-	39.249	(39.249)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6	744.871	2.175	39.249	-	786.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		73.540	(4.362)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Encargos sobre mútuo	8	(3.201)	(753)
Juros sobre aplicações financeiras	8	(186)	(399)
Resultado de equivalência patrimonial	4.1	(71.466)	5.013
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Tributos a recuperar		390	(185)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Tributos a recolher		62	210
Fornecedores		(39)	143
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(247)	-
Dividendos recebidos	4.2	38.250	25.500
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>37.103</u>	<u>25.167</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		186	2.211
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		<u>186</u>	<u>2.211</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes relacionadas	5	(47.909)	(18.171)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(47.909)</u>	<u>(18.171)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(10.620)</u>	<u>9.207</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	10.622	1.415
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	2	10.622
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(10.620)</u>	<u>9.207</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Chipley SP Participações S.A (“Chipley” ou “Companhia”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Junior, 850, Jardim das Acácias, foi constituída em 4 de fevereiro de 2013. A Chipley é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos.

Conforme nota explicativa 6, a Companhia é controlada diretamente pela Renova Energia S.A. (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui participação societária de 51% na Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) e possui o controle compartilhado, conforme Acordo de Acionistas. A Brasil PCH é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”). A mesma detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW** e energia assegurada de 194 MW* médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica:

PCH	Compradora	Valores				Prazo			
		Valor original do Contrato (milhões de reais)	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh	Preço atualizado MWh (*)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Bonfante	ELETROBRAS	R\$ 281.272	115.893	121,35	255,40	jul-08	jul-28	IGP-M	junho
Carangola	ELETROBRAS	R\$ 202.548	83.456	121,35	255,40	mai-08	abr-28	IGP-M	junho
Calheiros	ELETROBRAS	R\$ 228.228	94.037	121,35	255,40	set-08	set-28	IGP-M	junho
Caparaó	ELETROBRAS	R\$ 54.054	22.272	121,35	255,40	jul-08	jul-28	IGP-M	junho
Funil	ELETROBRAS	R\$ 302.441	124.615	121,35	255,40	mai-08	mai-28	IGP-M	junho
Irara	ELETROBRAS	R\$ 379.529	156.378	121,35	255,40	jul-08	jul-28	IGP-M	junho
Jataí	ELETROBRAS	R\$ 423.293	174.410	121,35	255,40	jun-08	jun-28	IGP-M	junho
Monte Serrat	ELETROBRAS	R\$ 379.134	156.215	121,35	255,40	jun-09	jun-29	IGP-M	junho
Retiro Velho	ELETROBRAS	R\$ 275.484	113.508	121,35	255,40	jun-09	jun-29	IGP-M	junho
Santa Fé	ELETROBRAS	R\$ 546.810	225.303	121,35	255,40	jul-08	jun-28	IGP-M	junho
São Joaquim	ELETROBRAS	R\$ 280.619	115.624	121,35	255,40	mai-08	mai-28	IGP-M	junho
São Pedro	ELETROBRAS	R\$ 387.888	159.822	121,35	255,40	jun-09	jun-29	IGP-M	junho
São Simão	ELETROBRAS	R\$ 319.677	131.717	121,35	255,40	jun-09	jun-29	IGP-M	junho

(*) Base junho de 2017.

(**) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 05 de outubro de 2018.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. A Companhia possui classificados nesta categoria as aplicações financeiras (nota explicativa 3).

b) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. A Companhia possui classificado nesta categoria para 31 de dezembro de 2017:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 3);

- Transações com partes relacionadas (nota explicativa 5).
- c) Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores.
- d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

2.3.2. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

2.3.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.4. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessas demonstrações financeiras estão listados a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensura o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 1 de janeiro de 2017.

a) Em vigor a partir de janeiro de 2017:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Alterações ao CPC 32 – Impostos sobre receitas	Esclarece o reconhecimento de impostos diferidos sobre a renda para perdas não realizadas em determinadas circunstâncias.
Alterações ao CPC 03 – Fluxo de Caixa	Melhorias quanto a avaliação de passivos que devem ser refletidos em atividades de financiamento.
Alterações ao CPC 45 - Divulgação de Participações em outras Entidades	Ciclos de melhorias anuais 2015 – 2

A aplicação dessas melhorias não resultou em impactos nas divulgações ou nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2018

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
CPC 48 – Instrumentos financeiros	inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge.
CPC 47 – Receita de contratos com clientes	estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes.

A Companhia avaliou e entende que não há impactos significativos em seu balanço e/ou resultado financeiro na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração do CPC 48, nem no reconhecimento das receitas exigidas pelo CPC 47.

c) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) foi emitido em janeiro de 2016, e estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

Embora ainda esteja avaliando, a Companhia entende que essa alteração não trará impacto significativo nas suas operações.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa	1	1
Bancos conta movimento	1	11
Aplicações financeiras	-	10.610
Total	<u>2</u>	<u>10.622</u>

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2016, referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados à taxa de 99,9% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

4. INVESTIMENTOS

A Companhia mensura seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

A Brasil PCH detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não examinadas pelos auditores independentes).

O valor de aquisição pago foi alocado aos ativos e passivos da Brasil PCH a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais serão amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações das PCHs adquiridas.

Consequentemente, como a totalidade do valor pago, R\$754.907 em 2014, foi alocada a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio.

De acordo com o requerido no CPC 45 (IFRS 12), apresentamos as demonstrações financeiras da Brasil PCH (controlada em conjunto):

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO CIRCULANTES			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	148.692	138.158	Empréstimos e financiamentos	216.492	209.390
Outros ativos circulantes	65.201	51.652	Outros passivos circulantes	174.019	134.386
Total dos ativos circulantes	<u>213.893</u>	<u>189.810</u>	Total dos passivos circulantes	<u>390.511</u>	<u>343.776</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTES			PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	1.076.252	1.113.461	Empréstimos e financiamentos	621.002	781.659
Outros ativos não circulantes	59.555	60.504	Outros passivos não circulantes	64.503	82.552
Total do ativo não circulante	<u>1.135.807</u>	<u>1.173.965</u>	Total do passivo circulante	<u>685.505</u>	<u>864.211</u>
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	273.684	155.788
TOTAL DO ATIVO	<u>1.349.700</u>	<u>1.363.775</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.349.700</u>	<u>1.363.775</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA LÍQUIDA	390.922	374.634
Custo com depreciação	(39.227)	(33.537)
Outros custos	(53.520)	(52.347)
Despesas gerais e administrativas	(13.609)	(5.232)
Reversão (provisão) para perda com contrato oneroso	19.767	(69.395)
Resultado financeiro	(78.270)	(127.435)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(14.753)	(17.762)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>211.310</u>	<u>68.926</u>

4.1 Movimentação do investimento:

	Investimento		
	Equivalência	Mais valia	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	104.542	611.337	715.879
Resultado de equivalência patrimonial	31.290	(36.303)	(5.013)
Dividendos recebidos	(25.500)	-	(25.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	110.332	575.034	685.366
Resultado de equivalência patrimonial	107.769	(36.303)	71.466
Dividendos propostos	(71.469)	-	(71.469)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>146.632</u>	<u>538.731</u>	<u>685.363</u>

4.2 Movimentação dos dividendos a receber

Saldo em 31 de dezembro de 2015	-
Dividendos propostos	25.500
Dividendos recebidos	<u>(25.500)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Dividendos propostos	71.469
Dividendos recebidos	<u>(38.250)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u><u>33.219</u></u>

5. PARTES RELACIONADAS

	Ativo		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Mútuo</u>				
Renova Energia S.A.	64.343	18.924	3.162	753
Renova Comercializadora S.A.	5.691	-	39	-
	<u>70.034</u>	<u>18.924</u>	<u>3.201</u>	<u>753</u>

Os saldos de ativos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2017 referem-se às transações de mútuo da Companhia com sua controladora Renova Energia S.A. e com a parte relacionada Renova Comercializadora S.A., sujeitas a correção pela TJLP, acrescido de juros de 0,25%a.a e sem garantias reais.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R\$744.871, e está representado por 744.871.373 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

6.2 Destinação do lucro

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os valores apropriados para as reservas de lucros são determinados da seguinte forma:

- 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e
- 5% (cinco por cento), diminuído dos valores destinados à constituição da Reserva Legal, será destinado ao pagamento do dividendo obrigatório.

Conforme estatuto social da Companhia, caso deliberado em assembleia geral, os acionistas terão o direito de receber como dividendo adicional em cada exercício, 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício diminuído dos valores destinados à constituição da Reserva Legal.

Em 2017 foram calculados dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$2.066, conforme apresentado a seguir:

Lucro líquido do exercício	73.540
Compensação prejuízos acumulados	<u>(30.050)</u>
Base de cálculo para reserva legal	43.490
Reserva legal constituída	<u>(2.175)</u>
Base de cálculo para dividendos	41.316
Percentual legal de dividendos mínimos obrigatórios	5%
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>2.066</u>
Dividendos mínimos obrigatórios por ação	<u>0,003</u>

A Companhia destinou o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após as destinações previstas, para a rubrica de dividendos adicionais propostos, os quais serão destinados após a aprovação em Assembleia Geral, de acordo com o Estatuto.

6.3 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado. No exercício não houve diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	73.540	(4.362)
<u>Lucro (prejuízo) básico por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>744.871</u>	<u>744.871</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação (em R\$)	<u>0,10</u>	<u>(0,01)</u>

7. DESPESAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Serviços de terceiros	56	143
Impostos e taxas	<u>1</u>	<u>2</u>
Total	<u>57</u>	<u>145</u>

8. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	186	399
Juros recebidos - mútuo	3.201	753
Outras receitas financeiras	2	-
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira	<u>(158)</u>	<u>-</u>
Total das receitas financeiras	<u>3.231</u>	<u>1.152</u>
Despesas financeiras		
Juros	(30)	-
IOF	(9)	(55)
Despesas bancárias	<u>-</u>	<u>(2)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(39)</u>	<u>(57)</u>
Total do resultado financeiro	<u><u>3.192</u></u>	<u><u>1.095</u></u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	74.601	(4.063)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(25.364)	1.381
<u>Adições (exclusões) permanentes</u>		
Resultado da equivalência patrimonial	24.322	(1.680)
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:		
Provisões temporárias	(19)	-
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u><u>(1.061)</u></u>	<u><u>(299)</u></u>

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, partes relacionadas e fornecedores.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2	12	2	12
Aplicações financeiras	-	10.610	-	10.610
Não Circulante				
Partes relacionadas	70.034	18.925	70.034	18.925
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	104	143	104	143

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2017			31/12/2016			
	Empréstimos e recebíveis	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	2	12	-	-	12
Aplicações financeiras	-	-	-	-	10.610	-	10.610
Não circulante							
Partes relacionadas	70.034	-	70.034	18.925	-	-	18.925
Passivos Financeiros							
Circulante							
Fornecedores	-	104	104	-	-	143	143

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

e) Risco da escassez hidrológica

A controlada em conjunto Brasil PCH gera energia por meio de pequenas centrais hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida,

reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita.

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo a da Brasil PCH, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

* * *

Cristiano Corrêa de Barros
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA
